

<b>Título:</b>	<b>POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (PNEPS): O DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DA SUA ATUALIZAÇÃO</b>		
<b>Autores:</b>	Carolina Rosalen Terra Emanuely Pereira da Fonseca Ana Paula Schunke Antonia Zacharias Kirst Giovanna Ballico Ana Louise Oliveira da Silva Daiani Vitória Schallemberger Laura Holzschuh Melchior		
<b>Área</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	<b>Dimensão:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
<p><b>Introdução:</b> A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia político-pedagógica que busca qualificar o trabalho no SUS a partir da integração entre ensino, serviço, gestão e participação social. A Política Nacional de EPS (PNEPS), instituída em 2004 e atualizada em 2007, consolidou essa proposta por meio das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES) e do financiamento de projetos. Oficinas regionais foram realizadas para apoiar o planejamento, execução e avaliação das ações. No entanto, diagnósticos feitos entre 2013 e 2015 revelaram dificuldades na compreensão da EPS por parte de muitos gestores. Diante disso, em 2017, o Ministério da Saúde (MS), iniciou um processo de revisão da PNEPS, visando torná-la mais efetiva e alinhada às necessidades do SUS. <b>Objetivos:</b> Analisar as propostas de atualização da PNEPS, considerando a necessidade de mantê-la como política de Estado fulcral para a consolidação do SUS no Brasil. <b>Metodologia:</b> Trata-se de uma análise documental apoiada em revisão narrativa da literatura, tendo como referência central a cartilha do MS, em articulação com demais diretrizes nacionais em saúde que orientam a consolidação do SUS. Uma revisão narrativa é uma modalidade de revisão de literatura que sintetiza, de forma ampla, o conhecimento disponível em determinada área, abordando seu desenvolvimento, sem exigir métodos sistemáticos e análise das fontes. <b>Discussão:</b> Em 2017 foram realizadas oficinas, com representação variada de órgãos públicos, escolas e conselhos de saúde; os problemas identificados foram relacionados à gestão, financiamento, questões conceituais e metodológicas. A falta de compreensão sobre as PNEPS contribuiu para uma gestão que não prioriza a EPS, com ausência de repasses do MS desde 2011. A dificuldade de monitoramento e avaliação, usando indicadores quantitativos que medem volume de ações, não revela mudanças na prática ou na qualidade do SUS, fragilizando as políticas. Isso evidencia a distância entre teoria e prática da EPS, bem como a dificuldade de mensuração, resultando em escassez de recursos. Foi apontada a necessidade da manutenção do avanço por meio da requalificação dos profissionais e da consolidação das PNEPS como política de Estado. As propostas se voltaram a três eixos: na gestão, planos</p>			

regionais e estaduais, metodologias para planos estratégicos, criação de funções e melhor articulação dos programas existentes; no financiamento, a retomada dos repasses, a participação de estados e municípios, a flexibilização do fluxo orçamentário e a previsão de recursos específicos; e, na formação, a priorização de métodos pedagógicos que integrem teoria e prática, a participação ativa de universidades e escolas técnicas e a criação de espaços municipais para as CIES, com orçamento, estrutura e gestão próprios. **Conclusão:** É evidente que a EPS é fundamental para a consolidação do SUS, porém enfrenta desafios relacionados à compreensão, valorização, financiamento e avaliação efetiva. Assim, a fragilidade não está no conteúdo da Política Nacional de EPS, mas na sua implementação, marcada pela ausência de indicadores qualitativos e pelo distanciamento entre teoria e prática. Dessa forma, é preciso fortalecer essa política, garantindo monitoramento adequado, requalificação dos profissionais e maior compromisso da gestão, pois só com essas condições será possível transformar a EPS em instrumento real de qualificação do trabalho em saúde e de melhoria da atenção oferecida aos usuários do SUS.

**Link do Vídeo:**

[https://drive.google.com/file/d/1KJJBLXNPJD\\_J9ElRm2SN1Ps2-9AOF3g/view?usp=drive\\_sdk](https://drive.google.com/file/d/1KJJBLXNPJD_J9ElRm2SN1Ps2-9AOF3g/view?usp=drive_sdk)